



Programa de Comunicação Social
PCS - UTE Candiota III Fase C



PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS DA UTE CANDIOTA III FASE C



PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Licença de Operação nº 991/2010 - 1ª Renovação

Candiota
Março, 2023

Sumário

1. INTRODUÇÃO	4
2. REFERÊNCIAS OBSERVADAS NA ELABORAÇÃO DO PCS	4
3. OBJETIVOS	5
4. PREMISSAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS ADOTADAS.....	5
4.1. Sobre o Conceito de Educomunicação Socioambiental	6
5. LINHAS DE AÇÃO	7
5.1. Linha de Ação 1 – PCS e Educomunicação Socioambiental à Grupos Sociais Prioritários. .	7
5.2. Linha de Ação 2 – PCS e Educomunicação Socioambiental à População da Área de Influência do Empreendimento.	10
6. EQUIPE MULTIPROFISSIONAL PROGRAMA	11
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	12



PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA UTE CANDIOTA III FASE C
Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil
Eletrobras CGT Eletrosul
(PCS – CGT ELETROSUL – UTE CANDIOTA III FASE C)

Finalidade:

Proposta de Comunicação Social – PCS, com vista ao atendimento da Condicionante 2.5.2 da Licença de Operação N° 991/2010 – 1ª Renovação, para análise e aprovação do IBAMA.

Proponente:

Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil
Eletrobras CGT Eletrosul
UTE Candiota III Fase C

1. INTRODUÇÃO

O presente documento apresenta a proposta referente ao Programa de Comunicação Social –PCS da UTE Candiota III Fase C, de propriedade da Companhia de Geração de Energia Elétrica do Sul do Brasil – Eletrobras CGT Eletrosul. O PCS foi concebido com o objetivo de atender a condicionante 2.5.2 da Licença de Operação Nº 991/2010 – 1ª Renovação.

Salienta-se que para além dos compromissos de democratização da informação, este programa também parte do princípio de que processos comunicativos igualmente podem se constituir em processos pedagógicos, uma vez assentados no princípio da educomunicação socioambiental.

E são a partir desses fundamentos estruturantes, assim como em observância a Nota Técnica Nº 013-COPAH/CGTMO/DILIC/IBAMA, que o presente Plano de Comunicação Social foi elaborado, além de possuir uma vinculação íntima com o Programa de Educação Ambiental e interfaces com o Programa de Saúde, aqui referenciados em condição de mútua potencialização.

Na organização das ações decorrentes do atendimento as condicionantes ambientais, vinculadas aos programas socioambientais, esta proposta refere-se ao Programa de Comunicação Social, e de forma a promover a sinergia de ações, será proposto em documentos distintos o Programa de Educação Ambiental e o Programa de Saúde.

2. REFERÊNCIAS OBSERVADAS NA ELABORAÇÃO DO PCS

- Lei nº 10.650 de 16 de abril de 2003. Dispõe sobre o acesso aos dados públicos e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sisnama;
- Nota Técnica nº 13/2012 – COPAH/DGTMO/DILIC/IBAMA – Orientações para elaboração de Programa de Comunicação Social (PCS) executado no âmbito do licenciamento ambiental;
- Programa de Educomunicação Socioambiental. Brasília: MMA, 2005. (Série Documentos Técnicos, 2);
- Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA). 4ª ed., Brasília: MMA, 2014.

3. OBJETIVOS

Disseminar informações à população da área de influência do empreendimento sobre a natureza das suas atividades e potenciais impactos sobre as comunidades locais, bem como comunicar sobre as possíveis repercussões e riscos sobre o meio ambiente natural. O foco prioritário desta iniciativa está voltado aos grupos sociais afetados nos municípios de Candiota, Pedras Altas e Hulha Negra;

Publicizar informações e proporcionar transparência quanto a condução do licenciamento ambiental do empreendimento, buscando divulgar dados, estatísticas, indicadores e o estado da arte relacionado ao Plano Básico Ambiental (PBA), com foco no desenvolvimento dos programas ambientais;

Divulgar iniciativas adotadas no sentido de mitigar impactos decorrentes do empreendimento, já mapeados e/ou conhecidos, e em particular informações relacionadas ao projeto de biofixação de gás carbônico por microalgas instalada naquela unidade termoeletrica;

Promover e facilitar a produção de peças educacionais por parte dos grupos sociais prioritários dos municípios envolvidos, com atenção voltada às observações, leituras, percepções e interpretações dos atores sociais a respeito de problemas socioambientais relacionados ao empreendimento e demais problemas ambientais que possam ser detectados nos respectivos territórios.

4. PREMISSAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS ADOTADAS

- Compromisso com o processo de democratização e disseminação da informação socioambiental;
- Advoga o princípio de que o acesso à informação se constitui em componente que pode viabilizar concertação entre diferentes atores e instituições sobre o uso sustentável do território;

- Entende que a democratização da informação aproxima e se constitui numa forma de controle e participação social dos grupos e atores que compartilham o espaço com o empreendimento, que oferece potencial de impactos e riscos;
- Assume a educomunicação socioambiental como conceito e estratégia que pode potencializar tanto o Programa de Comunicação Social quanto o Programa de Educação Ambiental no contexto da Licença de Operação.
- Combate a disseminação de informações falsas ou manipuladas (*fake news*) a partir da premissa da valorização da informação de qualidade cujo compromisso ético se alicerça no campo do jornalismo e suas múltiplas linguagens.

4.1. Sobre o Conceito de Educomunicação Socioambiental

Explicamos nesta seção a opção de também se trabalhar, no âmbito do PCS, com o conceito e a prática da educomunicação socioambiental.

Uma das preocupações no processo de elaboração do PCS foi a de pensar a ação comunicativa do programa não somente como ação de monitoramento ambiental, gestão ou democratização da informação relacionada a Licença de Operação do empreendimento ou como uma diretriz que simplesmente oriente a produção de materiais informativos e documentos ou gerencie redes de informação, reduzindo-a a uma acepção de extensão-transmissão de informações, mesmo com a prerrogativa do dever democrático de estendê-la ao público que detém o direito de destinatário.

Assim, assumimos no contexto deste programa que a comunicação social baseada nos princípios da democratização, promoção da autonomia e emancipação, não pode se materializar sem que haja condições de inclusão ampla no direito à comunicação, que significa não só poder ter acesso à informação e aos bens culturais mediatizados ou não, mas também acesso à participação na criação e na gestão dos meios de comunicação.

E pelo acolhimento desta acepção neste PCS, nos alinhamos à perspectiva manifesta no Programa de Educomunicação Socioambiental (2005, p. 19), de que a educomunicação refere-se a uma estratégia capaz de proporcionar materialidade a esta intencionalidade, pois busca a promoção de “ecossistemas comunicativos” baseado nos encontros, fortalecimento

de elos, comunidades interpretativas e de informação/formação. Corresponde ao movimento da gestão participativa dos meios de comunicação, democratização dos sistemas e defesa do direito de comunicação, garantindo a cada cidadão o acesso e o uso democrático dos recursos da comunicação, tendo como meta a ampliação da capacidade expressiva das pessoas, independentemente da condição social, grau de instrução ou inserção no mercado, garantindo o postulado que defende o 'livre fluxo' da informação. É a partir desse contexto que definimos a Educomunicação como um campo de intervenção social.

Pensados nestes termos, é possível depreender que os processos a serem desencadeados no âmbito do Programa de Educação Ambiental, tanto no PEA quanto no PEAT, igualmente podem assumir a condição de processos formativos.

5. LINHAS DE AÇÃO

5.1. Linha de Ação 1 – PCS e Educomunicação Socioambiental à Grupos Sociais Prioritários.

Objetivo: Disseminar, publicizar e divulgar informações, bem como promover produção de peças educacionais relativas à natureza do empreendimento, aos possíveis riscos e danos dele decorrentes para as comunidades e para o meio ambiente natural, em consonância com os termos descritos nos objetivos. Os grupos sociais prioritários aqui mencionados referem-se, no contexto dos municípios de Candiota, Pedras Altas e Hulha Negra, as comunidades identificadas no âmbito do desenvolvimento do DSAP (atividade realizada entre setembro e março de 2022), como aquelas que se encontram em algum grau de vulnerabilidade socioambiental. Em cada um dos municípios, os grupos sociais foram mapeados em função da disposição territorial, entre área urbana e rural, ficando assim definidos:

CIDADE	PERÍMETRO	LOCALIDADE
PEDRAS ALTAS	Rural	Assentamento São Diogo
	Urbano	Sede
CANDIOTA	Rural	Assentamento Companheiro João Antônio
	Urbano	Suvaco da Cobra
HULHA NEGRA	Rural	Assentamento Santa Luciana
	Urbano	Área Verde

Quadro 1: Descrição das localidades prioritárias finais sistematizados pelo DSAP.

Instrumentos e Métodos: Na execução desta linha de ação, está se considerando, em termos de linguagem e instrumentos de comunicação, as indicações levantadas, no âmbito da execução do DSAP, junto a cada um dos grupos sociais prioritários identificados nos respectivos municípios, ficando assim distribuídos:

CIDADE	CANAIS DE COMUNICAÇÃO
PEDRAS ALTAS	Redes Sociais
	Rádio
CANDIOTA	Ações Presenciais
	Redes Sociais
HULHA NEGRA	Rádio
	Carro de Som
	WhatsApp

Quadro 02: Descrição das formas de comunicação prioritárias finais sistematizado pelo DSAP.

Importante salientar que se trabalha, nesta linha de ação, não somente com a perspectiva da comunicação *bottom-up*, num movimento que parte da produção de peças comunicativas dos educadores e facilitadores deste programa para os grupos sociais prioritários, mas igualmente na dimensão *bottom-up*, colocando os próprios atores sociais na concepção e produção de materiais comunicativos. Nesta última perspectiva, assumida como de caráter educ comunicativo, os grupos sociais envolvidos poderão imprimir às peças de comunicação a sua própria visão e percepção sobre as questões socioambientais presentes no seu território,

tornando-se assim editores, aqui entendidos como atores que também interpretam e produzem narrativas sobre os acontecimentos no contexto do lugar onde vivem, tendo a oportunidade de disseminar este tipo de informação.

Levando-se em conta o público-alvo a ser alcançado (grupos sociais prioritários afetados/impactados diretamente pela instalação), estão previstas interações públicas e diretas a partir de metodologias ativas que possibilitem o envolvimento participativo. E nesse ponto, o Programa de Educação Ambiental se entrelaça com o de Comunicação Social. Importante salientar que as metodologias concebidas no contexto do Programa de Educação Ambiental, tanto no PEA quanto no PEAT, “Círculos de Diálogos Comunitários” e “Coletivos Aprendentes”, já se constituem em espaços privilegiados de inter-diálogos, uma vez que representam as estratégias estruturantes daqueles processos formativos. Isto significa dizer que, independentemente do uso de qualquer outra plataforma, a comunicação já estará circulando como componente estruturante dos processos formativos que estarão sendo desenvolvidos.

E a fim de atender a comunicação por meio das mídias sociais, canais de comunicação indicados pelos grupos prioritários no âmbito dos três municípios abarcados pelo programa serão criados materiais para divulgação nas plataformas no contexto das mídias sociais, Instagram e Facebook, além de listas de transmissão por aplicativo de mensagens, por meio das quais pretende-se divulgar, de forma permanente e continuada, textos informativos, material audiovisual e/ou cards relacionados ao andamento do processo de licenciamento ambiental, ao atendimento das condicionantes das licenças e do estado da arte dos programas ambientais. Esta ação poderá alcançar a área de influência direta ou indireta do empreendimento. Por meio desses canais serão publicizadas não somente as matérias produzidas pelos especialistas, mas igualmente serão veiculadas as peças educacionais. Esta estratégia visa atender, a rigor, as Linhas de Ação 1 e 2 previstas neste programa.

Planejamento e Metas:

Linha de Ação 1 do PCS – Voltado aos Grupos Sociais Prioritários.				
Atividade	Meta	Ação	Indicador	Mês de execução
Produção de material educutivo audiovisual (vídeos para redes sociais e listas de transmissão)	06 peças educutivas	Inserção educutiva junto aos Círculos de Diálogo junto aos grupos prioritários	Número de peças produzidas	3 a 21
Produção de material educutivo em áudio (áudios para veiculação radiofônica e listas de transmissão, carro de som)	06 peças educutivas	Inserção educutiva junto aos Círculos de Diálogo junto aos grupos prioritários	Número de peças produzidas	3 a 21
Produção de material educutivo gráfico (cartazes, faixas)	06 peças educutivas	Inserção educutiva junto aos Círculos de Diálogo junto aos grupos prioritários	Número de peças produzidas	3 a 21

5.2. Linha de Ação 2 – PCS e Educomunicação Socioambiental à População da Área de Influência do Empreendimento.

Objetivo: Disseminar, publicizar e divulgar informações relativas à natureza do empreendimento, aos possíveis riscos e danos dele decorrentes para as comunidades e meio ambiente natural nos termos descritos nos objetivos. O público-alvo ao qual destina-se esta ação diz respeito a população da área de influência do empreendimento, alcançando prioritariamente os municípios de Candiota, Pedras Altas, Hulha Negra e, quando viável, de forma complementar, considerando o alcance das mídias atuais disponíveis, os municípios de Bagé, Herval, Aceguá e Pinheiro Machado.

Instrumentos e Métodos: Na execução desta linha de ação, está se considerando, em termos de linguagem e instrumentos de comunicação e levando-se em conta a escala relacionada ao público-alvo, a utilização dos seguintes recursos de comunicação: - utilização da mídia

radiofônica, telefone 0800 para ouvidoria (canal este já disponibilizado pelo empreendimento), folhetos, jornais, banners, mídias sociais, utilização de correspondências eletrônica direcionadas aos grupos sociais organizados e outros tipos de recursos de informação e comunicação que facilitem chegar aos grupos sociais previstos.

O Programa de Monitoramento de Ruídos e de Qualidade do Ar da UTE Candiota III Fase C serão integrados no PCS, atendendo às condicionantes específicas, por meio da divulgação de boletins ambientais de ruídos e qualidade do ar na região. Os dados e informações referentes ao monitoramento de ruídos e qualidade do ar serão disponibilizados pela CGT Eletrosul para uso no PCS. Desta forma, o PCS deve promover a percepção social local aos processos de monitoramento ambiental realizados pela UTE Candiota III Fase C.

Planejamento e Metas:

Linha de Ação 2 do PCS – Comunicação Social à População da Área de Influência				
Atividade	Meta	Ação	Indicador	Mês de execução
Encontros educacionais	Realizar 06 encontros até o final do período	Inserção formativa junto aos Círculos de diálogo	Número de encontros realizados	4 a 15
Produção de material de divulgação e informação em rádio, redes sociais, jornal, etc.	Desenvolver 6 materiais de divulgação e informação.	Produção de boletim informativo “Minuto da Usina” e divulgação de ações	Número de material produzido	1 a 21
Produção de material informativo (banners, cartazes e folders)	Produzir 12 materiais impressos	Informação permanente de temas trabalhados nos círculos de diálogo	Número de material produzido	1 a 21
Produção de material para mídias sociais e listas de transmissão	Produzir 20 peças para mídias sociais	Comunicação social para alcance comunitário das atividades	Número de material produzido	1 a 21

6. EQUIPE MULTIPROFISSIONAL PROGRAMA

O Programa de Educação Ambiental UTE Candiota III será executado por profissionais especializados na área, que constituirão a equipe base. A equipe de execução poderá contar ainda com equipe de apoio, a ser formada por alunos selecionados junto aos cursos de

graduação e pós-graduação de universidades da região, em áreas afetas as Ciências Ambientais e À Educação Ambiental Educação.

A formação desta equipe está numa relação direta com as demandas que poderão emergir no desenvolvimento do Programa de Educação Ambiental (PEA e PEAT). A equipe de colaboradores refere-se à participação e intercâmbio com profissionais e acadêmicos que atuam em instituições de ensino superior da região.

Equipe Base

MSc. Laura Lemons Moreira – **Coordenadora Executiva**

Bióloga (UFPEL)

Mestre em Gerenciamento Costeiro (FURG)

Especialista em Licenciamento Ambiental

Prof. Dr. Felipe Nóbrega Ferreira – **Coordenador Técnico**

Mestre em História (UFRGS)

Doutor em Educação Ambiental (PPGEA – FURG)

Especialista em Educomunicação Socioambiental

Prof. Dr. José Vicente de Freitas – **Consultor / Colaborador**

Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande (ICHI -FURG)

Decano do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – FURG

Consultor Ad Hoc de Organismos Internacionais – UNESCO - PNUD – OEI

Miriam Duailib

Graduada em Jornalismo (USP)

Especialista em Educomunicação Socioambiental

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA. Brasília: Ministério do Meio Ambiente / Ministério da Educação, 2014 (4ª edição).

BELTRAND, Marcelo Vernet (Org.). **Manual de Comunicação e Meio Ambiente**. São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, 2004.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 12ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KAPLÚN M. El Comunicador Popular. Buenos Aires: Humanitas, 1986.

LUZ, Dioclecio. **Trilha apaixonada e bem-humorada do que é e de como fazer Rádios Comunitárias na Intenção de Mudar o Mundo.** Brasília: produção independente, 2001

UNESCO/IBAMA/SEMA-SP. Educação para um Futuro Sustentável – Uma Visão Transdisciplinar para uma Ação Compartilhada. Brasília: Edições IBAMA, 1999. WWF. Redes – Uma Introdução às dinâmicas de conectividade e da auto-organização. Brasília: WWF Brasil, 2003.